

O CORAÇÃO QUEER DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: Uma cartografia sensível urbana

THE QUEER HEART OF JOÃO PESSOA'S HISTORIC CENTER: A sensitive urban cartography

A. Matheus de Oliveira Martins & B. Amélia de Farias Panet Barros

FAU-UFPB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal da Paraíba, Brasil

matheus.oliveira.martins@hotmail.com

ameliapanetbarros@gmail.com

RESUMO

Essa pesquisa nasceu através da reflexão sobre as desigualdades sofridas nas vivências territoriais pela população LGBTQ+, que, além das agressões em geral, enfrentam a coibição do direito de se expressar no espaço urbano. A LGBTQfobia acaba promovendo um processo de escolha por espaços urbanos propícios ao exercício livre de suas condições de existência, inclusive para o lazer. Diante dessa constatação, esse trabalho procurou compreender e identificar que características físicas, espaciais, culturais e simbólicas tornam alguns espaços mais acolhedores que outros para a população LGBTQ+. Tomou-se como campo de investigação a Praça Antenor Navarro e o Largo São Frei Pedro Gonçalves, em João Pessoa, Paraíba, apontados como centralidade para a sociabilidade LGBTQ+. Os resultados foram representados em cartografia sensível urbana, Santiago Cao (2018), e apontam a necessidade de pensar a cidade considerando a multiplicidade de interesses humanos, preservando a liberdade e buscando um desenvolvimento urbano democrático e pleno nos espaços públicos.

Palavras-chave: sociabilidade; territorialidade; LGBT; Direito à Cidade.

Linha de Investigação: 3: Dinâmicas Urbanas.

Tópico: Gênero e Cidade.

ABSTRACT

This research arose through the reflection on the inequalities suffered in the territorial experiences by the LGBTQ+ population, who, in addition to the aggressions in general, face the restriction of the right to express themselves in the urban space. LGBTQphobia ends up promoting a process of choosing urban spaces conducive to the free exercise of their conditions of existence, including for leisure. Given this observation, this work sought to understand and identify which physical, spatial, cultural and symbolic characteristics make some spaces more welcoming than others for the LGBTQ+ population. The research field was Antenor Navarro and São Frei Pedro Gonçalves Square, in João Pessoa, Paraíba, identified as central to LGBTQ+ sociability. The results were represented in sensitive urban cartography, Santiago Cao (2018), and points out the need to think

about the city considering the multiplicity of human interests, preserving freedom and seeking a democratic urban development in public spaces.

Keywords: sociability; territoriality; LGBT; Right to the City.

Research line: 3: Urban dynamics.

Topic: Gender and City.

1. Introdução

Nas últimas décadas, vários estudos acadêmicos, dados de organizações sociais e reações populares destacam as contradições existentes entre os direitos sociais estabelecidos em leis constitucionais e a realidade do cotidiano de segmentos da população socialmente oprimidos. Para além das legislações específicas de cada país, inclusive a brasileira, alguns documentos de caráter global, como a “Carta Mundial do Direito à Cidade”, destacam o direito equânime de todas as pessoas às cidades. Incluído nesses amparos legais, o direito social ao lazer constitui-se como um direito fundamental, visto que favorece diretamente a vida humana e o bem-estar social, como também colabora no desenvolvimento de cidades mais justas. A prática do lazer, dentre muitas possibilidades, permite a troca social e o encontro de pessoas, de vivências e de questionamentos acerca das estruturas sociais, contribuindo, assim, para mudanças de ordem moral e cultural (Marcellino, 2002).

No entanto, ainda há uma extrema desigualdade nas vivências territoriais de segmentos socialmente vulneráveis, entre outros, pela difícil aceitação social de um convívio pleno com a diversidade humana. Devido a isso, sucede um cenário de segregação nos espaços públicos e privados direcionados a quem não segue o padrão sociocultural imposto, a exemplo do preconceito direcionado à população LGBTQ+. Esses são expostos à violação, tanto de sua integridade física, quanto de sua natureza psicológica, à medida que, via de regra, há uma vigilância – ora velada, ora explícita – do seu comportamento. Dessa forma, além das agressões em geral, as pessoas LGBTQ+ sofrem a coibição do direito de se expressar no espaço urbano.

A LGBTQfobia¹, ao excluir essas pessoas, promove um processo de eleição de espaços urbanos propícios ao exercício livre de suas condições de existência, inclusive para a sociabilidade. Esses territórios delineados a partir da agregação de pessoas, além de serem locais de encontro e de convívio, possuem uma importância social, pois ressignificam o espaço e suscitam a justiça local, se configurando enquanto espaços de resistência e estabelecendo novas relações de poder na cidade.

Nesse sentido, diante das possibilidades estabelecidas pela territorialidade, surge a necessidade de promover a conciliação de diferentes manifestações. A comunhão, a troca e a agregação de sujeitos produzem novas formas que qualificam a natureza heterogênea da cidade. Tais diferenças culturais, ao mesmo tempo que libertam os sujeitos, os organizam em seus lugares, atrelando-se diretamente à espacialização. Conformam, assim, territórios plurais (Zambrano, 2001), que possibilitam a diversidade de indivíduos, bem como suas diferentes identidades e intencionalidades de uso, fomentando a vitalidade e a dinâmica urbana.

¹ LGBTQfobia são práticas discriminatórias, que se referem aos sentimentos negativos como ira, nojo, desconforto, receio, horror, desprezo e descaso direcionados a travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas, gays, pessoas não binárias, *queer*, assexuais, intersexuais e bissexuais. Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passa a ser considerada um crime em todo o território brasileiro; a decisão julgou a equiparação da LGBTQfobia com o crime de racismo, tornando esses como inafiançáveis e imprescritíveis.

Haja vista essa realidade, ao observar os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo discutir a sociabilidade da população LGBTQ+ em espaços de lazer na cidade de João Pessoa, Paraíba, nota-se que há uma diferença entre a falta de acesso e a liberdade de expressão em tais ambientes. A investigação revela, a partir de um mapeamento, que tais espaços de socialização estabelecem dinâmicas urbanas distintas, sendo limitados a espaços públicos com contrato social velado, estabelecimentos privados que veem o público LGBTQ+ como nicho de mercado e espaços marginalizados, representados por três centralidades urbanas, destacadas na figura a seguir.

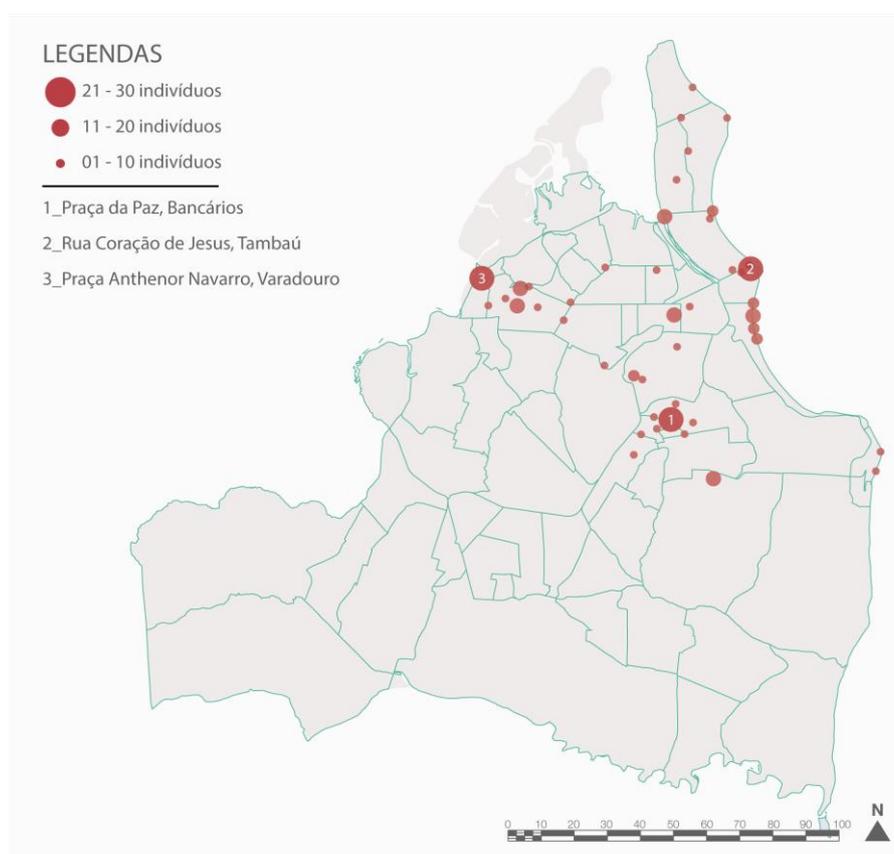


Fig. 01 Mapa dos espaços de lazer LGBTQ+ citados na cidade de João Pessoa, Paraíba. Fonte: Autores.

Dentre as três centralidades, destacou-se a Praça Anthenor Navarro e o Largo São Frei Pedro Gonçalves, identificados na Fig. 02, em razão da socialização bastante expressiva na parte pública, apesar dos estabelecimentos privados existentes na área. Dentre muitos fatores, os entrevistados presentes no local, em sua maioria, relataram que se sentiam mais confortáveis devido à presença de diversos “tipos de pessoas” e diante das diversas possibilidades de apropriação do espaço. Além disso, a área é vivenciada por uma problemática mais complexa, a marginalização do território frente à cidade, por vezes, aspecto incorporado pelos LGBTQ+, pois é como se posicionam – como pessoas deixadas à margem pela sociedade. Apesar dessa questão, o caráter cultural da área acaba por torná-la mais democrática e acessível, fato reforçado por Oliveira (2016), quando afirma que o público homossexual em João Pessoa sempre está próximo às classes artísticas e culturais.



Fig. 02 Mapas de localização da Praça Anthoner Navarro e do Largo São Frei Pedro Gonçalves, João Pessoa, Paraíba. Fonte: Autores.

O lugar está localizado no centro histórico, área de surgimento da cidade e, desde o ano de 2007, pertence à área de tombamento do IPHAN² e do IPHAEP³, tendo um contexto significativo na estruturação urbana de João Pessoa. A área, construída ainda na década de 1920, abrange atualmente dinâmicas urbanas que se diferem a depender do dia da semana e do horário. Entre outros, isso se deve muito ao caráter diversificado das edificações em suas proximidades, que possuem usos institucional, religioso, habitacional e comercial, como pode ser observado na Fig. 03.

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

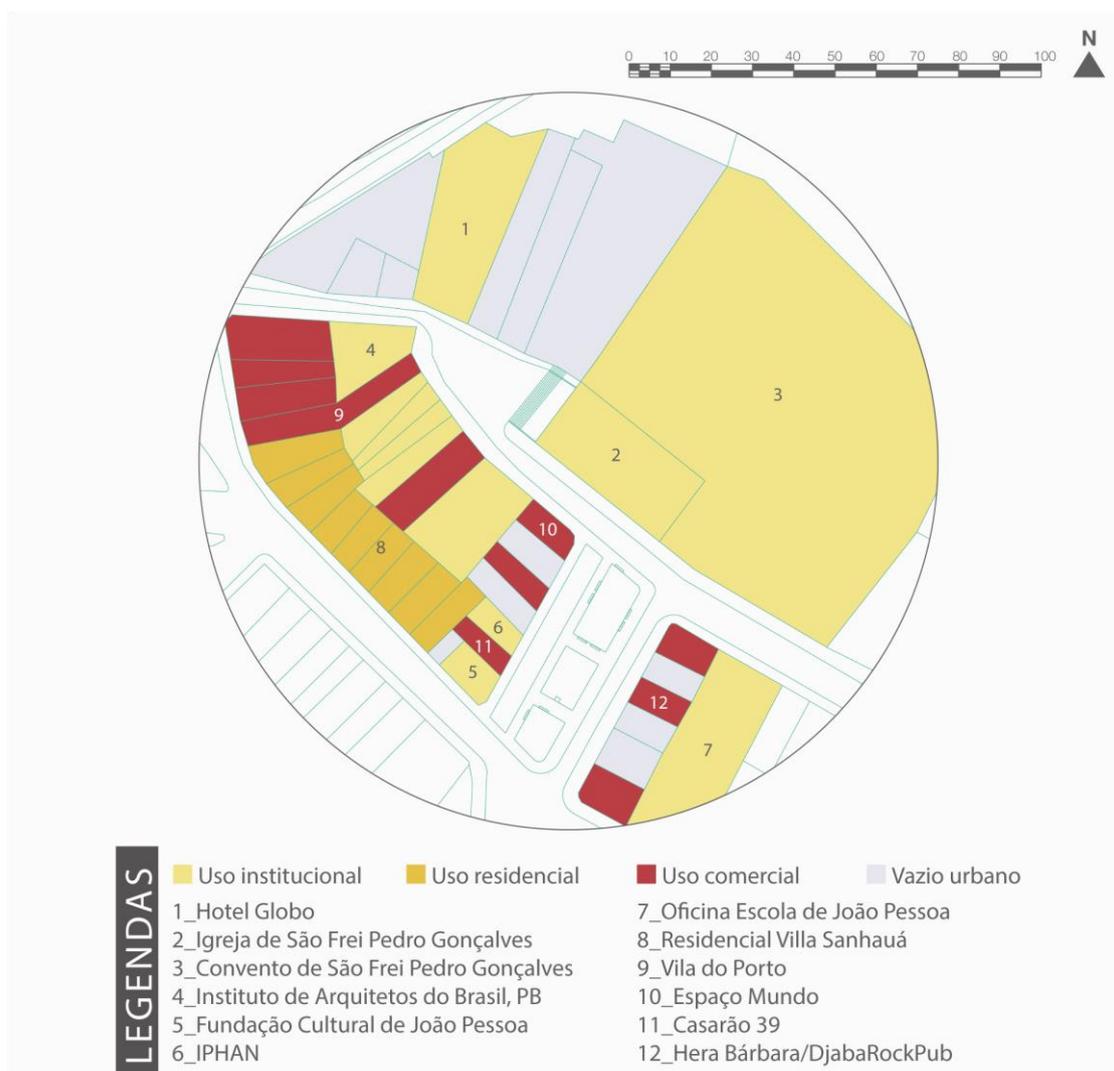


Fig. 03 Uso e ocupação da região em torno da Praça Anthenor Navarro e do Largo São Frei Pedro Gonçalves. Fonte: Autores.

Portanto, percebeu-se que o território conforma um relevante espaço na cidade de João Pessoa para discutir territórios plurais, assim como aprofundar as questões acerca das dinâmicas que fomentam a heterogeneidade sociourbana. Razão essa justificada não somente pelo caráter histórico de superposição de valores, apropriações e afetividades que se acumulam ao longo do tempo e caracterizam esse espaço urbano como uma colagem de multiplicidades (Harvey, 2003), mas também pelos indícios que sugerem a praça e o largo enquanto espaços democráticos, nos quais se estabelecem relações entre diferentes sujeitos, inclusive de grupos sociais vulneráveis, como a população LGBTQ+.

No entanto, apesar da ideia de diversidade social, as motivações que levam grupos distintos a fazerem uso do mesmo espaço ainda eram desconhecidas, o que nos levou a alguns questionamentos: quais os parâmetros que definem a praça e o largo como espaços propícios à diversidade? Quais dinâmicas possuem forte

relevância no espaço? Há alguma interferência do espaço no comportamento dos indivíduos? Há alguma interferência de indivíduos no comportamento de outros indivíduos? Há alguma relação entre o fator diverso do espaço e a apropriação dos indivíduos?

Para responder esses questionamentos, esta pesquisa teve como objetivo investigar as características físicas, espaciais, culturais e simbólicas da Praça Anthonor Navarro e do Largo São Frei Pedro Gonçalves, no bairro do Varadouro, na cidade de João Pessoa, através do exercício de construção de uma cartografia sensível urbana, utilizando como instrumentos metodológicos a observação em campo e entrevistas semiestruturadas.

2. Abordagem teórico-metodológica

2.1. Reflexões teóricas

No propósito de compreender os campos temáticos deste trabalho, foi necessária uma bibliografia de apoio, dividida em três áreas: sociedade e sociabilidade; território e territorialidade; identidade e diversidade. A primeira, à luz da sociologia de Simmel, buscou compreender como as formas de relacionamento acontecem no espaço urbano, utilizando a concepção de sociedade e a distinção entre sociação e sociabilidade. De acordo com Simmel (2006), essa diferença está no “interesse”. As formas de “estar com o outro”, “para o outro” ou “contra o outro”, entendidas como sociação, ganham vida própria, podendo ou não dar forma à sociabilidade. Logo, o fato de “estar com o outro”, “para o outro” ou “contra o outro”, por si só, não configura a sociabilidade. Esta necessita estar acompanhada por “um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado. É preciso, então, que ambos os indivíduos estejam envolvidos e sintam prazer nessa interação. Envolvidos pelo ‘impulso da sociabilidade’, quando o processo de interação aconteça puramente, sem nenhum outro objetivo a não ser o de estar “sociado” (Simmel, 2006: 63-65).

A segunda área tratou da produção de territórios na cidade, entendendo que hoje assumem uma noção mais ampla. Dessa forma, destaca-se um cenário no espaço urbano que tende à exclusão socioespacial de determinados grupos, o que acaba por fragmentar a cidade em recortes que definem conjuntos de pessoas com características, interesses e desejos semelhantes, produzindo, assim, espacialidades homogêneas entre si – os territórios. São essas relações de elementos socioespaciais que configuram o território, o qual não se reduz à dimensão material (Haesbaert; Limonad, 2007). O território é, portanto, uma rede de relações sociais de poder e dominação que se estabelecem no espaço, construído contextualmente e historicamente.

Apesar do sistema segregativo ter o intuito de dissolver tais laços territoriais, o efeito acontece inversamente: há uma aglutinação de sujeitos em torno de ideologias, símbolos e espaços que fortalecem suas identidades e estabelecem novas relações de poder (Haesbaert, 2004). Esse processo de apropriação do espaço gera a territorialidade, que Côrrea (1994) define como o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por determinado agente social.

Por sua vez, o antropólogo colombiano Zambrano (2001: 18), atenta para a convivência de uma multiplicidade de territórios e territorialidades no mesmo espaço. No entanto, o autor distingue as noções acerca da “pluralidade de territórios” e “territórios plurais”. Visto que, enquanto a pluralidade de territórios está ligada à multiplicidade, os territórios plurais, além desta característica anterior, “permitem perceber, em cada unidade do múltiplo, a pluralidade de percepções territoriais estruturadas [a cotidianidade dos habitantes], estruturando [processo de construção] e estruturantes”. (Zambrano, 2001: 29-30)

Ainda, na terceira área, entendeu-se ser necessário esclarecer as noções de gênero e sexualidade que pautam a identidade da população LGBTQ+ para que estas não se limitem à visão equivocada e marginalizada do senso comum: a interpretação simplista da natureza humana, a partir do viés biológico. Nesta perspectiva, pensar nessas pautas relacionadas às construções de gênero e de sexualidade em contextos sociopolíticos, é refletir acerca das formações de grupos que se dispõem como sendo pluralidades contrapostas ao normativo predominante. Dessa forma, a comunidade LGBTQ+ se articula como um movimento social pluralizado e contra cultural, para ser uma aversão ao padrão cisheteronormativo⁴ excludente.

2.2. Construção teórica da metodologia

Tais reflexões apontam para uma metodologia que compreenda a cidade para além dos seus planos e linhas urbanas. Evocam uma abordagem que observe a cidade a partir das representações dos cenários urbanos dos sujeitos, das memórias, dos convívios e das experiências. Parte-se da ideia de entender como a morfologia – o cartesiano – se relaciona com as vivências – o sensível –, revelando assim os sentidos e significados do espaço. Dessa forma, esta investigação inclina-se ao método cartográfico, buscando acompanhar os processos para tratar das práticas, das trocas e das tensões que se estabelecem nas possibilidades da cidade.

No campo do urbanismo, a cartografia permite lançar novos olhares sobre a cidade. Trata-se de desenhar a relação do sujeito com o seu lugar e a sua dimensão humana, não se limitando a planos e linhas. A cartografia de um lugar é composta por um conjunto de mapas, cada qual com objetivo e representação próprios. Ainda, ela busca o conhecimento na alteridade, na produção de diferenças, nas brechas, fornecendo pistas e estratégias à crítica de espaços construídos e à concepção de novos espaços públicos. Possibilita, assim, novas formas de apreensão da cidade.

Nesta perspectiva, esta pesquisa, durante seu processo de experiências no território em questão, aproximou-se da metodologia da cartografia sensível em espaços públicos de Santiago Cao (2018), percebendo que seria um importante instrumento para a construção cartográfica do trabalho, visto que, para Cao, o espaço público é lugar de encontro de “diferentes modos de pensar, desejar e agir”. O método é, portanto, um “meio possível de ativar “escutas” nos territórios, [...] através da afetação corpo-a-corpo, [...] para cartografar a multiplicidade de discursos em ação que podem estar sendo ‘ditos’ naquele fragmento da cidade” (Cao, 2018: 9).

Suas pontuações fornecem, principalmente, possíveis direções para observar o espaço. Essas direções, ainda que pareçam semelhantes, estruturam níveis de um mesmo lugar, que facilita sua análise e compreensão. Utilizando-as como parâmetro, é possível ter uma cartografia que se desdobra em quatro camadas de leitura: os fluxos e as permanências; as ações e as práticas dos indivíduos; os espaços e os usos a partir de suas tipologias qualitativas; e os limites que regem as dinâmicas. Estas serão aprofundadas em conjunto com a apresentação das observações.

Assim, o primeiro passo para a construção cartográfica foi a aproximação do território por meio de visitas. Inicialmente, as visitas tinham a finalidade de conhecer as principais dinâmicas da praça e do largo, atentas ao funcionamento dos estabelecimentos, aos usos no espaço público, aos sujeitos, às práticas por eles desempenhadas e aos horários de frequência. As derivações aconteceram durante todas as sextas-feiras e sábados, entre o mês de junho e julho de 2019. Por ter como objeto de estudo a prática do lazer noturno, as sessões de observação ocorreram entre 21h e 3h.

⁴ A cisheteronormatividade é um termo utilizado para identificar a norma social imposta relacionada à condição cisgênera e ao comportamento heterossexual, tidos como único padrão válido e aceito socialmente. O termo cisgênero descreve pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). ‘Cis-’ é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de ‘trans’. Refere-se a pessoa que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer.

Todavia, percebeu-se que essas informações, obtidas através do corpo e da vivência do cartógrafo, necessitavam ser confrontadas com as realidades e os saberes dos sujeitos presentes no território, tanto para questionar as noções do pesquisador quanto para assegurá-las. Outro ponto, a diversidade social do espaço, inclusive as questões relacionadas à população LGBTQ+, poderia ser aferida a partir de relatos dos sujeitos. Posto isso, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, construídas com três principais objetivos: identificar o sujeito a partir do seu contexto socioeconômico; indagar sobre as práticas e os pretextos interligados a elas; e investigar acerca da percepção dos sujeitos sobre o espaço e os outros indivíduos.

3. Cartografia

Ao observar, na Fig. 04, as sociabilidades na Praça Anthenor Navarro e no Largo São Frei Pedro Gonçalves, percebeu-se que as interações acontecem quando há afinidades entre os sujeitos nas suas intenções, desejos e atividades, conformando múltiplos agrupamentos de indivíduos pelo espaço. Pode-se falar, portanto, num processo de identificação, o qual atrela os sujeitos a uma rede de interesses, ações e signos. Esta rede de interação não engloba somente os sujeitos em si, mas também as coisas e os atores não humanos, que desempenham fortes papéis nas dinâmicas. A importância não está nos objetos em si, mas na relação destes com os indivíduos. Apesar de sua fluidez, o território é analisado na sua estabilização, na interpretação das diversas interações dos sujeitos e dos actantes que nele atuam. Ao descrever o território e seus nós, portanto, apesar das dinâmicas próprias, estaremos tomando-o como algo estático. Ainda, esta estabilização acontece também amparada em mapas e figuras, que auxiliam na compreensão do seu caráter dinâmico, visto que essa análise é justamente o acompanhamento de um processo.



Fig. 04 Perspectivas do território. Fonte: Autores.

3.1. Os fluxos e as permanências

De início, Cao (2018) propõe observar o território através dos fluxos e das permanências que nele sucedem. Trata-se, portanto, de identificar os nucleamentos de cheios e vazios que o compõem, destacando ainda a influência das características espaciais nisso. Assim, logo nas primeiras visitas foi percebido que a intensidade dos fluxos, das ações e dos encontros variam ao longo da noite. De certo modo, essas movimentações condicionam uma organização espacial. Ao examiná-las, é possível perceber as múltiplas possibilidades para a ocupação do território. Há sujeitos que frequentam somente os estabelecimentos privados, sujeitos que optam por permanecer no espaço público, sujeitos que alternam diversas vezes ao longo da noite entre os dois, sujeitos que escolhem lugares fixos, sujeitos que mudam sua posição ocasionalmente, sujeitos que preferem circular por toda a área, dentre outros.

Representados na Fig. 05, há um primeiro momento de intensidade branda, com a chegada dos indivíduos que se deslocam em direção, principalmente, aos estabelecimentos já abertos. As permanências durante esse horário estão adensadas em lugares mais amplos, principalmente ao norte da praça, onde é possível ter uma visibilidade maior do que ocorre tanto na praça como no largo. Por vezes, a influência das espacialidades também está ligada à busca por abrigos ou espaços cobertos. Ainda, num segundo momento, quando se tem uma maior quantidade de indivíduos, há, portanto, o surgimento de novos espaços de permanência; agora, outras espacialidades intermediam as andanças no território. Surge, por exemplo, a procura por espaços “escondidos”, onde a visibilidade é menor. Por sua vez, as permanências parecem se pulverizar mais pelo espaço devido, principalmente, à intensificação dos fluxos dos sujeitos entre os diversos polos atratores que dinamizam o território.

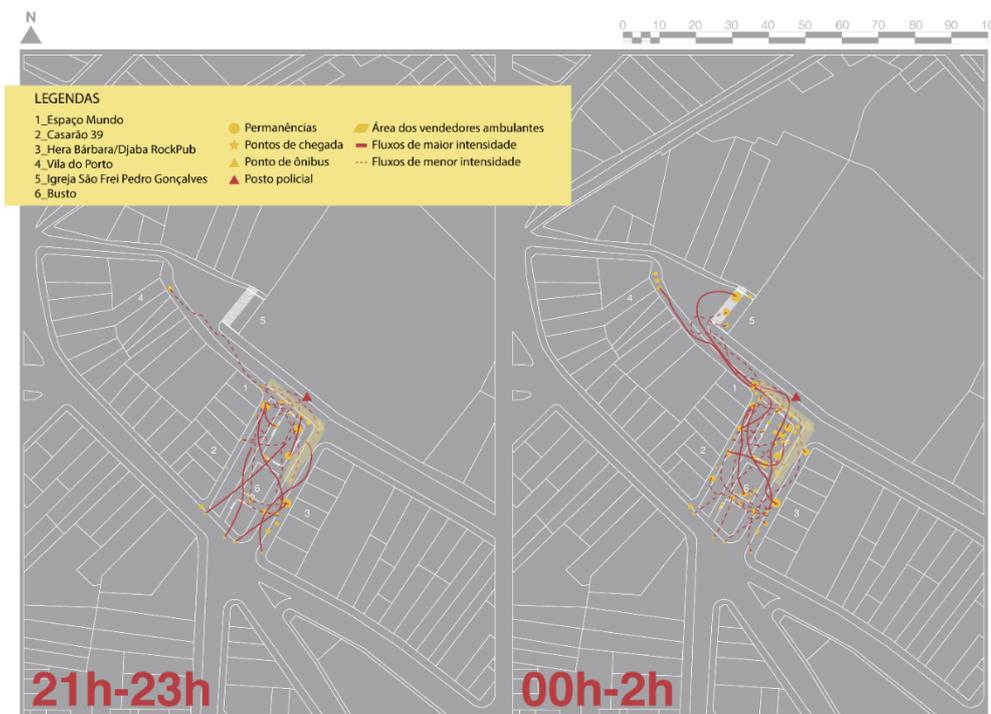


Fig. 05 Mapa sobre fluxos e permanências. Fonte: Autores.

3.2. Ações e práticas

Outra percepção proposta pelo autor está relacionada às ações e às práticas dos indivíduos, que podem ser lidas a partir da descrição das dinâmicas que ocorrem nos polos atratores do território, sabendo que esses podem ser representados por elementos físicos, espaciais e simbólicos, como visto na figura a seguir. Focando nas socializações dos sujeitos, percebeu-se que estas estão ligadas, principalmente, à comercialização e consumo de substâncias lícitas, substâncias ilícitas e de alimentos, ao ato de escutar música e de dançar, ir a festas, eventos e show, aos encontros, ao flerte, paquera e namoro, à conversa, entre outros.

Assim, localizado na praça, o polo atrator do busto é caracterizado por certa hibridez, comportando-se em muitas das vezes como a soma das forças de outros polos que funcionam nas suas proximidades. É nele, por exemplo, onde acontece o “esquentar” que, como um dos entrevistados explica, consiste no ato de ingerir bebidas alcoólicas antes de ir à festa. Esse momento serve tanto para economizar, visto que muitas das bebidas são trazidas ou compradas nos vendedores ambulantes, como também para a sociabilização dos sujeitos.



Fig. 06 Mapa com os polos atratores. Fonte: Autores.

Outro polo identificado, os vendedores ambulantes, que, por ser um lugar de intensa comercialização, torna-se um polo que abraça diversas possibilidades. Há os sujeitos que socializam em torno das mesas, há os sujeitos que compram nas barracas e se posicionam próximos aos bancos, há ainda os sujeitos que, apesar

de frequentar os estabelecimentos, consomem dos vendedores ambulantes, tornando, portanto, esse polo o responsável por parte dos constantes fluxos no território.

Ainda no espaço público, pode-se observar que as dinâmicas na escadaria da igreja também se tratam de um polo atrator. Localizado no largo, o espaço tem uma posição mais reservada em relação ao restante do território, portanto, está longe da observação tanto dos indivíduos da praça quanto da polícia. Esse fator permitiu presenciar ali certa liberdade nas sociabilidades.

Por sua vez, os polos atratores em torno dos estabelecimentos privados parecem acompanhar uma lógica semelhante. As variações entre as suas dinâmicas estão ligadas ao horário de funcionamento e, principalmente, ao tipo de música que irá tocar nesses ambientes. Ao analisar os discursos dos entrevistados, percebe-se que a música tem uma forte influência para que os sujeitos escolham frequentá-los, alimentando e reforçando a rede de interesses estabelecida nas sociabilidades.

Ainda, nos relatos, ao questionar sobre tais espaços aos indivíduos que se identificaram como pessoas LGBTQ+, muitos relataram a forte relação com um desses estabelecimentos, o Hera Bárbara, visto que ele é o único da região que se intitula enquanto um espaço voltado para o entretenimento LGBTQ+, ainda que, de certo modo, haja eventos esporádicos direcionados a esse público em outros. Segundos os entrevistados, a população LGBTQ+ encontra ali a possibilidade de serem livres para exercer as condições de gênero e de sexualidade, e então desfrutar do seu lazer. Alguns indivíduos mencionam a questão de autoidentificação no contexto LGBTQ+ do Hera; para eles, há um maior conforto e segurança ao exercer o lazer em ambientes onde podem reconhecer outras pessoas LGBTQ+.

Por fim, o loló5 também é analisado enquanto um forte polo atrator do território, considerando suas ligações criadas ao permear por todos os outros polos. Dessa forma, sua caracterização se tornou mais difícil, pois o polo apresenta-se fragmentado pelo espaço, já que incorpora diferentes espacialidades a depender dos fatores que o influenciam. Observa-se que regularmente os sujeitos adotam uma posição de atenção e vigilância. Esse comportamento ativa e desativa diversos lugares no território ao mesmo tempo e os qualifica quanto à tessitura mutável, fluida e móvel. A diferença entre o entendimento da substância como um polo atrator em detrimento dos outros actantes, a exemplo das bebidas alcoólicas, cigarros ou aparelhos de som portáteis, está justamente na sua potência magnética capaz de gerar espacialidades, ainda que efêmeras, enquanto os outros elementos parecem se atrelar aos diversos polos atratores, assumindo papéis fundamentais em suas dinâmicas.

3.3. Espaços e usos

Santiago (2018: 27-29) destaca também a importância de observar os espaços a partir de suas tipologias qualitativas. Para ele, espaços são “materialidades presentes nos territórios que têm a potência de afetar diretamente os corpos, organizando as práticas e formas de se relacionar aí, inibindo, restringindo ou propiciando determinados tipos de usos nessa parte da cidade”. Todavia, ressalta que “não são os espaços os que provocam ou incentivam as pessoas a realizar práticas desviantes ou transgressoras, senão os corpos quem tem a potência de não necessariamente se submeter às normas”. Dessa forma, o autor propõe três tipologias, podendo ser associadas tanto para espaço quanto para usos: espaços/usos públicos (ou agregadores) possuem uma qualidade convidativa para ser ocupado de diversas maneiras; espaços/usos privados (ou excludentes) são definidos por terem um acesso restrito, ocorrendo tanto por aspectos matéricos

⁵ Entorpecente inalante composto por clorofórmio, éter e essência perfumada, também conhecido por “lança-perfume”, “cheirinho” ou “cheirinho da loló”.

como por normas que controlam quem poderá habitá-los e quais práticas poderão ali ser desempenhadas; espaços/ usos íntimos (ou não convidativos), apesar de não haver limites físicos que impeça seu acesso, possui uma natureza que não convida outras práticas a serem realizadas no espaço. Assim, tal leitura está expressa na Fig. 07.

Ao observar o território, notou-se que o busto, analisado a partir de sua hibridez, comporta-se justamente como um espaço agregador. A sua ocupação acontece por um revezamento de diferentes grupos, podendo ocasionalmente haver uma sobreposição deles. Além desse, outro espaço que costuma agregar sujeitos e práticas diferentes é a área que liga a praça ao largo. Por ser um intermédio, possui um fluxo intenso de indivíduos durante toda a noite. Dessa forma, casualmente, alguns desses indivíduos acabam por decidir no meio do percurso permanecer nesta região. O comércio dos vendedores ambulantes também contribui para que haja uma forte concentração de diferenças, visto que a maioria dos indivíduos consomem neles, mesmo que estejam frequentando algum estabelecimento.

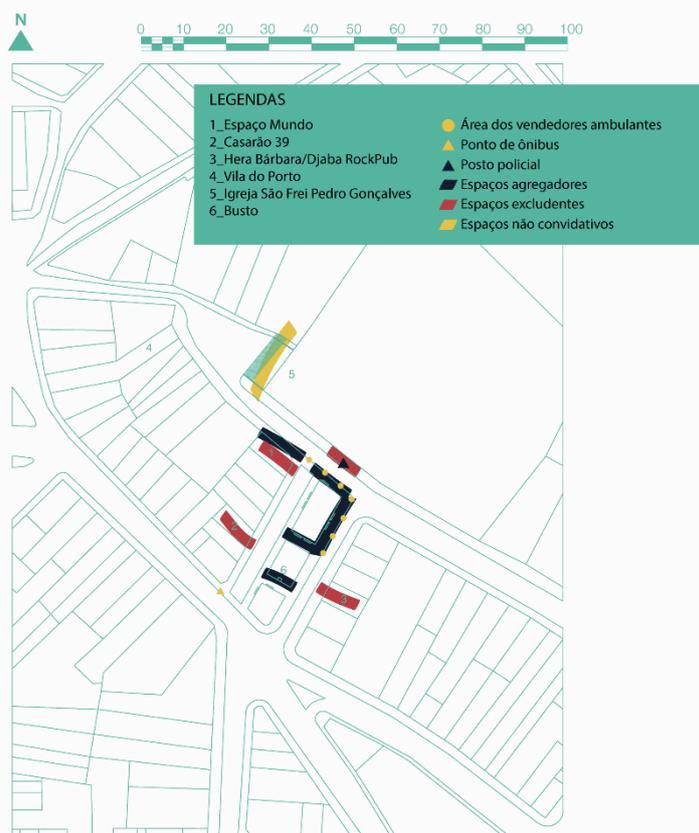


Fig. 07 Mapa sobre espaços e usos. Fonte: Autores.

Em relação aos espaços e usos excludentes, obviamente, esses são representados principalmente pelos estabelecimentos privados da região, que mesmo tendo a entrada gratuita em algumas noites, possuem o acesso controlado por seguranças. Percebeu-se, ainda, que as extensões desses estabelecimentos no espaço público também podem ser observadas como espaços privados.

3.4. Limites

Por último, Cao (2018: 12) propõe observar o “conjunto de práticas sociais atravessadas pelas normas próprias de cada território, numa temporalidade específica”. Para o autor, as normalidades de um território restringem as formas de pensar, desejar e agir dos sujeitos. Interessa compreender o que está sendo limitado e quais normas respondem a essas limitações, entendendo que tais normas estão além da ordem do bem e do mal. Propõe, então, três tipologias de limites, caracterizando-os de acordo com suas qualidades. Segundo Cao (2018: 12), o limite matérico é uma imposição, representado por elementos físicos. O limite projetual é definido como barreiras imaginárias, linhas invisíveis construídas dentro de um contexto. O limite especular trata-se da alteridade, os distanciamentos dos sujeitos que surgem na relação com o outro desconhecido, mas reconhecido

Como visto na Fig. 08, as limitações mais amplas do território são definidas pela sua própria arquitetura. Além de emoldurar a paisagem, as edificações da região assumem a posição de elementos físicos que delimita em si as áreas de uso, concentrando os indivíduos em torno da praça e do largo. Direcionando o olhar ao território, é possível caracterizar outras barreiras físicas que agem nas suas dinâmicas, a exemplo das áreas restritas de alguns estabelecimentos privados que, apesar de estarem no espaço público, impõem limites aos sujeitos. As áreas são cerceadas por elementos físicos – grandes e correntes – e, mesmo que aparentem ter um controle mais maleável, não há permissão para que todos os sujeitos as acessem, já que é necessário consumir nos estabelecimentos para tal.

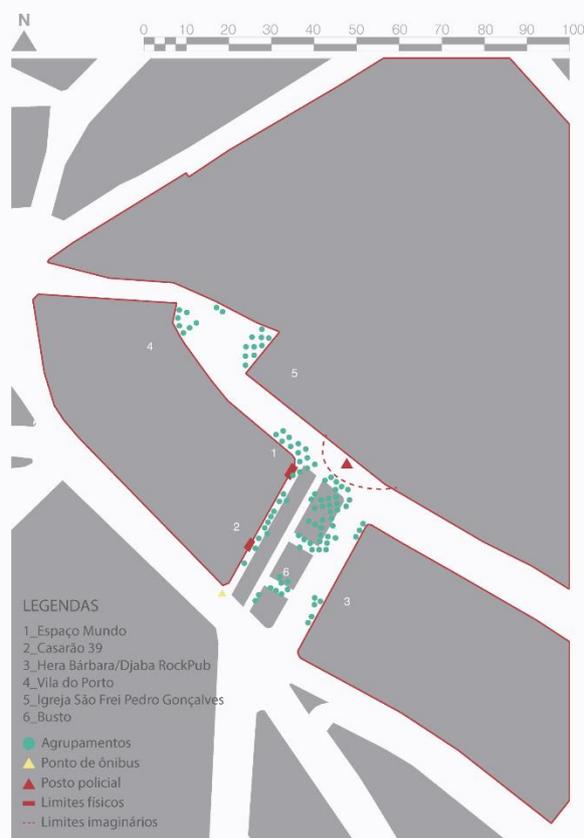


Fig. 08 Mapa sobre os limites. Fonte: Autores.

Considerando os limites invisíveis, tem-se aquele representado pela Polícia Móvel que exerce um papel regulador nas práticas dos sujeitos. A figura policial influi diretamente no acontecer de determinadas ações, pois o comportamento de constante vigilância sobre si limita os sujeitos em seu repertório de pensar, desejar e agir. Bem como restringem-nas a determinados espaços, onde os sujeitos se sintam à vontade. O que se percebeu foi que, apesar de não ter nada físico que os separe, há um distanciamento entre o território policial e o território das sociabilidades.

Percebeu-se também que havia certas limitações nas relações entre os indivíduos. Como foi possível ver, em sua maioria, os sujeitos sociabilizam em torno de círculos de amigos e conhecidos, que se formam a partir de interesses compartilhados, representados por elementos simbólicos, físicos e espaciais. Assim, conformam diversos agrupamentos que, ao demarcarem seus espaços, criam fronteiras entre si, ou seja, outros limites.

Trata-se de microterritorializações dentro do próprio território, dando a ideia de uma multiterritorialidade. Essas fronteiras podem levar tanto à aproximação quanto ao afastamento de sujeitos, podem causar desvios nos seus trajetos, podem criar pontos de interseção e podem gerar apropriações transitórias.

Ao questionar sobre a diversidade social, a maioria expressiva dos indivíduos a identificou no território, porém com divergências no modo de percebê-la. Durante as entrevistas, notou-se certa tendência em estabelecer

uma conexão entre os sujeitos e os estilos musicais, na tentativa de caracterizá-los. Houve também quem o fizesse identificando os moradores da região – bairro do Varadouro e Porto do Capim – dentro de um contexto periférico e marginalizado e, em contraponto, destacando aqueles que frequentam o espaço pelo cenário cultural.

De tal forma, uma parte dos entrevistados associam o fator diverso do lugar como algo positivo. Um deles comenta que essa variedade de pessoas é o que caracteriza a praça e o largo, que para ele é “o coração do CH6”; acrescenta, ainda, que “sem essa variedade, o CH não seria o CH”. Outros relatam que a diversidade é um dos motivos que os fazem frequentar o lugar, pois veem “um espaço aberto para todo tipo de público”, os deixando mais à vontade. Essa sensação de harmonia nas relações permeou muitos relatos, que traziam a noção do espaço alheio. Para alguns sujeitos, há um comportamento acordado – ou, ainda, espontâneo – entre os indivíduos em ter a consciência acerca dos limites que regem o território. Todavia, contrário a isso, outros relatos tocam numa problemática mais profunda que acompanha a história do território. De acordo com eles, há um estranhamento social no espaço que condiciona as relações dos sujeitos, alimentando as segregações ou até mesmo as discriminações entre determinados grupos.

Nessa perspectiva, foi questionado aos indivíduos LGBTQ+ se aquele espaço era seguro para eles desempenharem suas condições de gênero e de sexualidade. Houve pessoas que afirmaram ao falar sobre a segurança que sentem, enquanto outras foram enfáticas sobre a impossibilidade de segurança da população LGBTQ+ no espaço público em geral. Em um dos relatos, o entrevistado, relaciona a presença de outros LGBTQ+ como fator principal para se sentir seguro. Entretanto, ressalta que essa noção de segurança surge apenas entre os “iguais”, citando que os espaços seguros para a população LGBTQ+ estão atrelados a guetos. Portanto, a percepção de liberdade no território para alguns se dá somente em determinado lugar ou horário.

Através dos relatos foi possível perceber que as dinâmicas sociais que compõem o território encontram em si, para além dos outros artefatos, obstáculos que as regulam. Os sujeitos, ao mesmo tempo em que identificam a diversidade do território, se distanciam dela, se colocam em uma posição distante do outro. As entrevistas expuseram as divergências no modo de perceber, receber e sentir a multiplicidade do território, influenciada pelos sujeitos em si, pelo lugar – físico ou simbólico – e por uma determinada temporalidade. Tem-se que a multiplicidade é rizomática, se estrutura numa teia criada por ligações imprevisíveis.

4. Considerações finais

Essa pesquisa nasceu como um desdobramento de uma investigação sobre a territorialidade e a sociabilidade LGBTQ+ na cidade de João Pessoa, que apontou a Praça Anthenor Navarro e o Largo São Frei Pedro Gonçalves como uma importante centralidade no contexto urbano, onde esses indivíduos se sentiam livres para exercer as condições de gênero e de sexualidade durante a prática do lazer noturno. Dessa forma, no intuito de compreender como a diversidade social fomenta essas dinâmicas, buscou-se identificar as características físicas, espaciais, culturais e simbólicas do espaço, através do exercício de construção de uma cartografia sensível urbana, baseada na metodologia de Santiago Cao (2018). Em termos mais amplos, questionou-se se havia alguma interferência do espaço no comportamento dos indivíduos e dos indivíduos no comportamento de outros indivíduos.

⁶ Como muitos se referem ao Centro Histórico de João Pessoa.

Inicialmente, o conjunto arquitetônico da praça e do largo delimita as dinâmicas do lugar, emoldurando o cenário das sociabilidades dos sujeitos. Destaca-se que a geometria convexa da praça e do largo favorece as diferentes ações. Há espaços que formam vários pontos de confluência, facilitando o encontro. Há espaços amplos que confluem mais indivíduos e permitem a visibilidade de todos. Há espaços recuados que possibilitam áreas mais reservadas. Do ponto de vista espacial, há lugares onde as permanências estão mais concentradas, destacadas principalmente pelos polos atratores que criam, a partir de suas características, diferentes ambiências para as sociabilidades. Há os ambientes mais agregadores e diversos, que possuem uma ocupação mais dinâmica. Há os ambientes mais segregados, onde há uma seletividade para o seu acesso e uso. E há os ambientes mais íntimos, nos quais os sujeitos, apesar de não impedirem o acesso de outros indivíduos, concebem uma atmosfera pouco convidativa. Esses pontos de permanências são dinamizados pelos constantes fluxos que marcam o território. Os sujeitos, ao estabelecerem ligações com tais pontos, criam no espaço um emaranhado de caminhos e percursos, possibilitando entender como atuam as influências dos polos atratores no território. Os fluxos também permitiram perceber as limitações que regem as dinâmicas, onde os indivíduos atravessam, recuam, contornam, desviam. Destacam, portanto, que as vivências territoriais são diferentes.

Nesse sentido, analisar as questões culturais e simbólicas do território possibilitou compreender que a diversidade social encontra fronteiras entre si que condicionam as sociabilidades, que por sua vez, reproduzem tais limites. Visto que os sujeitos estão atrelados a uma rede de signos, compostas de elementos que, ao mesmo tempo que os aproxima pelas identidades, os distanciam pelas singularidades em relação ao outro, caracterizando assim a coexistência de múltiplas representações no espaço, a multiterritorialidade descrita por Zambrano (2001). Vale ressaltar, ainda, pela teoria do autor, que a praça e o largo não podem ser definidos como um território plural, mas como uma pluralidade de territórios, pois as relações estabelecidas entre os diferentes são sociações (Simmel, 2005), ou seja, há uma agregação entre os sujeitos por interesses momentâneos que não chega a alimentar um processo de sociabilização. Isso se tornou mais evidente nos relatos dos entrevistados que, ao explanarem suas percepções, revelaram sociabilizar somente no meio de seus pares ou ainda, como citado, no meio de suas tribos. Nota-se que por trás de uma ideia de convivência harmônica e respeitosa da pluralidade, habita, na verdade, uma indiferença em relação ao outro, que pauta o distanciamento dos sujeitos.

Nesse comportamento de indiferença, os sujeitos LGBTQ+, como protagonistas desse trabalho, encontram a possibilidade de um lugar onde possam exercer o lazer noturno com uma maior liberdade, já que ali se sentem menos observados ou cerceados. Essa liberdade, porém, ainda é restrita, na medida em que a sensação de segurança, por estar vinculada a indiferença dos indivíduos, torna-se dependente dos microterritórios específicos – os guetos – criados a partir desses afastamentos. Somente neles se tem a oportunidade de se sentir livre. Ao saírem desses espaços, estão propensos a sociações (Simmel, 2005) com outros indivíduos que podem evidenciar conflitos, tensões e até mesmo violências, como foi relatado.

Com esses resultados percebeu-se que a pauta LGBTQ+ sobre o direito à cidade não está relacionada apenas ao seu acesso; os sujeitos encontram meios e táticas sociais de produzir espaços para si, estabelecem suas microterritorialidades na cidade, mas também envolve o desejo de reconhecimento de si no espaço público, de identificar simbologias que os agreguem, que espelhem suas particularidades. Não à toa, encontram entre si a sensação de segurança e liberdade de exercerem suas condições de existência. Dessa forma, reclamam por inclusão no espaço público. Espaços além de seus próprios guetos. Reivindicam espaços na cidade que sejam pensados em suas questões, que reflitam suas culturas e que respeitem suas identidades.

As políticas públicas destinadas ao confronto da marginalização por que passa a população LGBTQ+ precisa considerar a complexidade da questão e as vantagens que ambientes com diversidade cultural podem ter no acolhimento de diferentes perfis de usuários. Devem buscar a promoção de espaços com diversidade cultural, onde a cultura em forma de arte, música e outros, possibilite o convívio democrático entre as pessoas.

Há, portanto, a necessidade de pensar a cidade considerando a multiplicidade de grupos e interesses humanos, onde a liberdade e a identidade de cada um devem ser preservadas, buscando e promovendo assim, um desenvolvimento urbano mais democrático, sem violações de direitos e garantia do usufruto pleno da estrutura e dos espaços públicos da cidade.

5. Bibliografia

CAO, S. Cartografias sensíveis em espaços públicos. 2018.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 396 p.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, v. 1, n. 2, p. 39-52, 15 ago. 2007. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globaliza%C3%A7ao.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003, 349 p.

MARCELLINO, N. C. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira. Lazer e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

OLIVEIRA, T. L. Engenharia erótica, arquitetura dos prazeres: cartografias da pegação em João Pessoa, Paraíba. 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/Rio Tinto, 2016.

SIMMEL, G. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. Tradução: Leopoldo Waizbort. MANA 11(2):577-591, 2005.

_____. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Tradução: Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ZAMBRANO, C. V. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural - DOI 10.5216/bgg.v21i1.4733. Boletim Goiano de Geografia, v. 21, n. 1, p. 09-50, jan/jul. 2001.